

capital
prev



Relatório Anual de Informações

2022

Sumário

ABERTURA

Introdução	3
Mensagem da Diretoria	4

DESTAQUES

Assuntos de Relevância	6
Governança Corporativa	9
Relacionamento e Comunicação	12

SEGURIDADE

Patrocinadores, Participantes e Assistidos	14
Contribuições e Benefícios	15
Fontes de Custeio e Despesas Administrativas	17

INVESTIMENTOS

Gestão dos Investimentos	19
Rentabilidade dos Investimentos	23
Política de Investimentos	24
Demonstrativos de Investimentos	28

ATUARIAL

Situação Atuarial	29
Planos de Equacionamento de Déficit	32
Parecer Atuarial	33

PLANO DE SAÚDE VIVA+

Plano de Saúde Viva+	35
----------------------	----

RESULTADOS

Demonstrações Contábeis	36
-------------------------	----

ENCERRAMENTO

Expediente	37
------------	----

Introdução

Prezado(a) participante e/ou beneficiário(a),

Convidamos você a acompanhar ao longo deste documento os principais acontecimentos, números, índices e resultados alcançados com o fruto do nosso trabalho diário, durante 2022, na criação de um futuro mais tranquilo e um presente saudável para todos os nossos participantes e assistidos dos planos de previdência e beneficiários do plano de saúde.

Em mais um ano desafiador para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, a Capital Prev manteve uma gestão cautelosa e transparente, driblando — na medida do possível — os obstáculos criados por um cenário macroeconômico de instabilidade. E neste Relatório Anual de Informações (RAI) você poderá acompanhar mais detalhes das nossas atividades no ano que se passou.

Para melhor guiar a sua leitura, o RAI traz, em resumo:

- A mensagem da Diretoria Executiva sobre os desafios e conquistas em 2022;
- Um retrospecto dos principais acontecimentos na Capital Prev ao longo do exercício;
- Um panorama da população de participantes, além das receitas e despesas previdenciárias;
- Informações sobre as despesas administrativas e com investimentos;
- Detalhes sobre a gestão dos investimentos;
- Dados sobre a gestão dos Planos de Saúde; e
- Situação atuarial dos Planos de Benefícios previdenciários.

Aproveite a leitura e, caso queira falar com a gente, não hesite em nos contatar pelos nossos canais de relacionamento:

- Tel.: (27) 2122-3900
- E-mail: faleconosco@capitalprev.com.br
- Ouvidoria: ouvidoria@capitalprev.com.br
- Site: www.capitalprev.com.br/fale-conosco

Boa leitura!

Mensagem da Diretoria

Prezado(a) participante e/ou beneficiário(a),

Em 2022, o cenário macroeconômico global manteve o mercado sob forte pressão, especialmente no último trimestre do ano. Taxas de juros elevadas e inflação em alta, tanto no Brasil quanto no exterior, além de outros fatores nacionais (como as indefinições do novo governo brasileiro) e internacionais (aumento de casos de Covid-19 na China e da tensão entre Rússia e Ucrânia), foram determinantes para manter a volatilidade dos ativos financeiros. Tudo isso exigiu ainda mais cautela da nossa gestão, que conseguiu retornos positivos nos investimentos dos planos de benefícios, ainda que abaixo das metas atuariais estabelecidas:

- Plano de Benefício Definido = rentabilidade acumulada de 7,34%, contra a meta acumulada de 11,24%;
- Plano de Benefícios II = rentabilidade acumulada de 9,50%, contra a meta acumulada de 10,38%.

Todavia, este cenário — vivido por todo o segmento de fundos de pensão e de autogestão em saúde — foi importante para reforçar a solidez do sistema fechado de previdência complementar. As entidades precisaram, mais do que nunca, exercitar melhores práticas de governança, aprimorar processos internos e ter uma atuação transparente, ajudando a solidificar a força do mercado da previdência privada no Brasil. E aqui na Capital Prev não foi diferente: com total apoio do Conselho Deliberativo e fiscalização atenta do Conselho Fiscal, o trabalho da nossa Diretoria Executiva e da experiente equipe técnica da Fundação foi assertivo diante do contexto desfavorável citado anteriormente. Um exemplo de boa gestão que pode ser com-

provado pela permanência do Diretor-Presidente Luiz Carlos Cotta no quadro de dirigentes da Abrapp — a maior associação de previdência complementar do país.

Para 2023, além de atentos à administração do patrimônio de milhares de famílias que confiam o seu futuro à Capital Prev, seguiremos aprimorando o Plano de Saúde Viva+ e realizando novas avaliações técnico-atuariais que visem o equilíbrio das contas dos planos administrados pela Fundação. Por fim, agradecemos pela confiança e desejamos que as informações contidas neste documento esclareçam os seus questionamentos sobre a situação da nossa entidade. Até o próximo ano!

Luiz Carlos Cotta
Ana Cristina Munhós de Souza
Andre Barbosa Barreto Duarte



NOVO ESTATUTO: RELEMBRE O QUE MUDOU

A Previc aprovou as alterações propostas no Estatuto da Fundação e com isso a razão social mudou.

Agora a Fundação se chama **Capital Prev – Fundação Capital Previdência e Saúde** e passou a oferecer previdência complementar para um público mais amplo. Conheça os principais ajustes no documento:

- Art. 1º – Alteração do nome da Entidade para Capital Prev;
- Art. 8º; Art. 13; e Art. 14 – Inclusão de instituidores e entes públicos como patrocinadores no rol de membros da Fundação;
- Art. 35; Art. 36; e Art. 37 – Exclusão dos artigos por ser a competência e responsabilidades específicas de cada diretor tratada no Regimento Interno;
- Art. 43 – Redução de um membro da comissão eleitoral devido a cooperativa ter deixado de existir.

Quem é nosso participante poderá verificar essas e outras alterações no “Quadro Resumo”, disponível na Área Restrita, dentro do menu “Documentos”. Além disso, não há motivo para preocupação: as mudanças não implicaram em perdas de quaisquer direitos já adquiridos!

FISCALIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC)

Em 2020, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), através do seu Escritório de Representação em Minas Gerais (ERMG), iniciou ação fiscal na Fundação, tendo como escopo inicial a verificação de adequação da paridade contributiva do contrato de serviço passado do Plano de Benefício Definido e seus aditivos.

Durante o ano de 2021 a fiscalização e a Fundação mantiveram contato com a finalidade de atender todas as exigências da PREVIC, dentre elas o envio do Plano de Equacionamento de Déficit referente ao resultado de 2020 aprovado pelo Conselho Deliberativo, Cesan e SEDURB. Algumas dessas exigências só puderam ser atendidas no início de 2022.

Em agosto de 2022 o Escritório de Representação em Minas Gerais (ERMG) informou que as ocorrências e questões da fiscalização iniciada em 2020 foram encerradas ou transferidas para outro documento e, nesse sentido, o relatório de fiscalização seria arquivado.

Também em 2022, o ERMG informou a abertura de novo processo com o objetivo de confirmar medidas da Fundação para garantir, na arrecadação para liquidação do déficit de 2020 equacionado, a paridade/proporção entre pagamentos dos participantes/assistidos (de um lado) e patrocinadores (de outro). Informou também que, caso a Fundação não concordasse com as determinações/orientações, poderá ser apresentado pedido de reconsideração. A Capital Prev enviou ao ERMG o Pedido de Reconsideração em 30/11/2022 e aguarda retorno.

CUSTEIO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS PARA 2023 (VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/04/2023)

• PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

As taxas aplicadas para participantes, assistidos e patrocinadores em 2022 foram mantidas para 2023.

A contribuição administrativa é de 9% incidente sobre as contribuições normais vertidas pelos participantes, assistidos e patrocinadores e a taxa de administração é de 0,80% a.a. incidente sobre os recursos garantidores do Plano.

Em função do déficit dos exercícios de 2020 e 2021, será necessária realização de contribuições extraordinárias mensais especificadas no Plano de Equacionamento de Déficit (PED), a saber:

A contribuição extraordinária referente ao déficit do exercício de 2020 vem sendo paga desde 04/2022 e permanece a mesma. Em relação ao déficit do exercício de 2021, será necessária realização de novas contribuições



extraordinárias especificadas no Plano de Equacionamento de Déficit (PED 2021). As contribuições extraordinárias aplicadas são:

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS PARTICIPANTES

- PED 2020: 2,18% sobre o salário de participação;
- PED 2021: 3,03% sobre o salário de participação.

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS ASSISTIDOS (aposentados e pensionistas)

- PED 2020: 3,16% sobre o valor do benefício;
- PED 2021: 4,34% sobre o valor do benefício;

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS PATROCINADORES

- PED 2020: quitado;
- PED 2021: paritária a contribuição dos participantes e assistidos.

A contribuição extraordinária deverá ser realizada considerando 13 parcelas anuais — incidentes, portanto, sobre o 13º salário dos participantes e do abono anual dos assistidos.

• PLANO DE BENEFÍCIOS II

CONTRIBUIÇÃO BÁSICA DO PARTICIPANTE

- Sem alterações, ou seja, equivale a um per-

centual escolhido pelo participante incidente sobre o salário de participação.

CONTRIBUIÇÃO DO PATROCINADOR

- Sem alterações, ou seja, 100% da Contribuição Básica efetuada pelo participante, até o limite de 7,5% do salário de participação.

CONTRIBUIÇÃO DE RISCO

- Redução do percentual, passando de 0,15% para 0,12%, sobre o salário de participação para os participantes e patrocinadores

CONTRIBUIÇÃO ADMINISTRATIVA DOS PARTICIPANTES E PATROCINADORES

- **Taxa de carregamento:** alterada de 0,40% sobre o salário de participação para 5,50% incidente sobre as contribuições vertidas pelos participantes e patrocinadores. Observe que a base de incidência alterou de salário de participação para valor da contribuição básica. A grande maioria dos participantes terá redução do valor da sua taxa de carregamento devido a alteração da base de incidência.

- **Taxa de administração:** a taxa de administração é adicional à taxa de carregamento e equivale a 0,50% a.a. sobre os recursos garantidores do Plano. Não há contribuição de participantes, assistidos e patrocinadores referente a esta taxa, pois ela incide sobre os recursos garantidores do Plano.



Governança Corporativa

QUADRO DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL

CONSELHO DELIBERATIVO	CONSELHO FISCAL
EFETIVOS	EFETIVOS
Luciana Miranda Soares Garcia	Tiago Siqueira da Silva
Romeu Souza Nascimento Júnior	Stênio Santos Sales
Millena Plaster Benevides Freitas	Hélio de Sousa
Reginaldo José de Castro	Edmar José Zorzal
SUPLENTES	SUPLENTES
Sérgio Henrique Vieira Rabello	Ana Maria Gusmão Lyra Silveira
Jouze F. Wander Haeyden Lentini	Karla Ponzo Vaccari
vago	Adivalti Antonio Nunes Loureiro
vago	vago

CERTIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE DIRIGENTES E CONSELHEIROS

Nos termos da legislação vigente, a Capital Prev observa as exigências para certificação e habilitação de dirigentes e conselheiros.

Em 31/12/2022 estavam certificados por entidade de reconhecida capacidade técnica:

- 100% da Diretoria;
- 100% dos membros efetivos e suplentes do Conselho Deliberativo;
- 100% dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal;
- 100% dos membros do Comitê de Investimentos.

O Diretor Adm. e Financeiro (AETQ), o Diretor-Presidente e membros do Comitê de In-

vestimentos possuem certificação específica para profissionais de investimentos (ICSS -Investimentos ou CPA-20).

Quanto à habilitação, em 31/12/2022 toda a Diretoria Executiva da Capital Prev estava habilitada pela PREVIC – conforme legislação vigente, que define que o exercício do cargo de membro da Diretoria Executiva depende de emissão de Atestado de Habilitação de Dirigente por aquela Superintendência.

QUALIFICAÇÃO DE DIRIGENTES, CONSELHEIROS E EMPREGADOS

Empregados, diretores, conselheiros e membros do Comitê de Investimentos da Capital Prev participaram de diversos eventos que contribuíram para a capacitação e amplia-

ção dos conhecimentos do segmento de previdência complementar e de saúde suplementar, agregando mais experiência na gestão da entidade. Durante o ano de 2022, os treinamentos foram realizados de forma presencial e online.

O conhecimento técnico é imprescindível para que se possa avaliar, controlar e mitigar os riscos aos quais as entidades e planos de benefícios estão expostos. Por isso, a Fundação continua a investir na qualificação dos seus dirigentes, conselheiros, membros do Comitê de Investimentos e empregados de forma a se buscar as competências técnica e gerencial desejadas.

NORMATIVOS INTERNOS

• POLÍTICA DE PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

Para estabelecer as principais diretrizes da Fundação na prevenção e combate à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a Capital Prev possui uma Política sobre esse tema. O documento está disponível no site www.capitalprev.com.br.

A Política deve ser observada pelos empregados, parceiros, prestadores de serviços, participantes, assistidos e patrocinadores, com especial atenção ao item 6, que dispõe sobre o cadastro de participantes e assistidos – que deve estar sempre atualizado, inclusive o seu enquadramento como pessoa exposta politicamente.

Os participantes e assistidos podem informar a alteração cadastral e o seu enquadramento como pessoa exposta politicamente à Fundação a qualquer momento.

Os prestadores de serviços e parceiros devem reportar à Fundação qualquer alteração



cadastral da pessoa física responsável pela empresa, inclusive o seu enquadramento como pessoa exposta politicamente e também a alteração da pessoa jurídica.

O que é uma Pessoa Exposta Politicamente? É a pessoa natural que desempenha ou tenha desempenhado, nos cinco anos anteriores, cargo, emprego ou função pública relevantes, assim como funções relevantes em organizações internacionais.

Para saber mais sobre quem são consideradas pessoas expostas politicamente, consulte o Art. 15 da Instrução Normativa Previc nº 34/2020.

• LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

A Capital Prev observa as exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que entrou em vigor em 2020 e determina que toda organização, pública ou privada, garanta o direito à privacidade dos dados pessoais das pessoas com as quais tenha relacionamento.

Durante toda a sua existência, a Fundação sempre se preocupou com a confidencialidade e a segurança das informações dos seus participantes, assistidos, beneficiários,

empregados, parceiros e demais pessoas com quem se relaciona. Ainda assim, todas as medidas necessárias para atender à legislação são tomadas, de forma a manter o compromisso com a cultura de proteção de dados.

No site da Fundação, no menu “CAPITAL PREV”, você pode falar diretamente com o encarregado de dados e conhecer a nossa Política de Privacidade e de Cookies.

ENCARREGADO
Jaqueline Sarcinelli Vervloet Zipinotti
E-MAIL
encarregado.lgpd@capitalprev.com.br
TELEFONE
(27) 2122-3910

• SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PELA CESAN

Em 2022, o patrocinador CESAN realizou auditoria na Capital Prev, em atendimento ao estabelecido na Lei Complementar nº 108/2001, sendo que a opinião emitida decorrente dos fatos levantados durante o trabalho está classificada como “Satisfatória” — que é quando o sistema de controle é considerado adequado e eficaz.



Relacionamento e Comunicação

EVENTOS REALIZADOS

• REUNIÕES SOBRE O PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT DO PLANO BD (EXERCÍCIO 2020)

No primeiro trimestre do ano, a diretoria da Capital Prev realizou um ciclo de reuniões presenciais com participantes e assistidos na Grande Vitória e no interior do Estado do Espírito Santo para prestar esclarecimentos sobre o Plano de Equacionamento do Déficit do Plano BD referente ao exercício de 2020.

• PALESTRAS SOBRE PREVENÇÃO DE DOENÇAS

Já nos últimos três meses de 2022, a Fundação realizou, em sua Sede e também nas áreas da CESAN, um ciclo de palestras voltado à saúde, com esclarecimentos sobre prevenção de diversas doenças, dentre elas:

- Estresse e Saúde Mental, com a Dra Karine Lessa Santos Costa (Cardiologista);
- Prevenção ao Câncer de Mama, com a Dra. Virgínia Autoé Sessa (Oncologista);
- Prevenção ao Câncer de Próstata, com o Dr. Carlos Henrique Segall (Urologista); e
- Prevenção de Doenças Renais, com a equipe do Hospital Evangélico.

SITE E APLICATIVOS

A fim de manter a transparência e divulgar informações sobre o plano de previdência complementar e do plano de saúde, a Capital Prev disponibiliza em seu site institucional notícias sobre a própria Fundação, os planos de benefícios, a rentabilidade dos investimentos dos Planos BD e II e novidades do Plano VIVA+, bem como documentos de prestação de contas — como os Relatórios Anuais de Informação, demonstrações e balanços contábeis, demonstrativo de investimentos, dentre outros.

Além disso, tanto na Área Restrita do site institucional quanto nos aplicativos Capital Prev Saúde e VIVA+ Exames, várias funcionalidades facilitam o seu relacionamento com a Fundação. Na Área Restrita, por exemplo, é possível: fazer atualização cadastral e consultar contracheques (se já aposentado), extrato de empréstimos, saldo de reserva de poupança, 2ª via de boletos etc.. Já nos aplicativos você pode conferir as despesas do plano de saúde, fazer download da carteira médica virtual, consultar o extrato de coparticipação e muito mais.

Confira tudo em www.capitalprev.com.br e nos aplicativos apps Capital Prev Saúde e VIVA+ Exames disponíveis no Google Play (para smartphones com sistema operacional Android) e na App Store (para aparelhos com sistema iOS, da Apple).

BOLETINS ELETRÔNICOS

• BOLETIM SEU PLANO BD

Em uma iniciativa da Capital Prev com foco na transparência, eventualmente os participantes do Plano BD recebem um boletim eletrônico sobre o seu plano de benefícios e os impactos da conjuntura econômica na rentabilidade, equacionamento de déficit e outras informações importantes.

• BOLETIM VIVA+

Desde 2017, os disparos levam informações úteis sobre o Plano de Saúde VIVA+ aos usuários, por e-mail. Em 2022, 7 edições foram criadas e enviadas.

IMPORTÂNCIA DA ATUALIZAÇÃO DOS ENDEREÇOS DE E-MAIL

A Capital Prev sempre reforça a importância do(a) participante ter o seu e-mail devidamente atualizado no cadastro da Fundação

para que possa receber notícias e manter-se devidamente informado(a).

Se for o caso, verifique junto à Capital Prev se o seu endereço eletrônico está correto e, se precisar atualizá-lo, utilize o app Capital Prev Saúde ou solicite a alteração pelos canais de atendimento da Entidade:

Telefone: (27) 2122-3900. ou

E-mail: previdencial@capitalprev.com.br

CAMPANHA DE ADESÃO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA

Com base na pesquisa sobre a não aderência de participantes ao Plano de Benefícios II, finalizada em janeiro de 2022, a Fundação lançou uma campanha de educação financeira e previdenciária, cujo objetivo principal — que era informar aos não participantes sobre as vantagens e benefícios da adesão ao Plano II — foi alcançado com sucesso.

No final, como consequência da maior informação e do maior entendimento sobre o Plano II, foram registradas novas 15 adesões, além de outras 7 possíveis adesões para o primeiro semestre de 2023.

A Campanha de Educação Financeira “Qual o melhor investimento para o seu futuro?” foi finalizada no dia 5 de janeiro de 2023, quando foram sorteadas três EchoDot Alexa 4ª geração entre os novos participantes do Plano II, que fizeram a sua adesão até 30 de dezembro.



PATROCINADORES

Os patrocinadores dos planos previdenciários administrados pela Capital Prev são a Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN e a própria Fundação Capital Previdência e Saúde – Capital Prev.

PARTICIPANTES E ASSISTIDOS

O Plano de Benefício Definido (BD) está fechado para novas adesões. Portanto, a tendência é a redução gradativa do número de participantes e aumento do número de assistidos, considerando que a maioria deles já se encontram elegíveis à aposentadoria, faltando apenas o desligamento da Patrocinadora.

O Plano de Benefícios II foi implantado em 2005 e está aberto às adesões de novos participantes.

A Fundação encerrou o exercício com 971 Participantes e 972 Assistidos. A distribuição conforme a situação nos Planos, comparada ao exercício anterior, pode ser verificada nos quadros a seguir.

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO		
	31/12/2022	31/12/2021
Participantes	266	333
Ativos	266	333
Assistidos	970	942
Aposentadoria	719	703
Pensão por Morte	251	239
TOTAL	1.236	1.275
PLANO DE BENEFÍCIOS II		
	31/12/2022	31/12/2021
Participantes	705	700
Ativos	691	690
BPD	2	-
Autopatrocinados	12	10
Assistidos	2	1
Aposentadoria	1	1
Pensão por Morte	1	-
TOTAL	707	701

Patrocinadores, Participantes e Assistidos

Contribuições e Benefícios

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

O Plano de Benefício Definido obteve, no final do exercício de 2022, R\$ 28.225.323,56 de receitas previdenciais e R\$ 35.140.119,20 de despesas previdenciais, conforme informações apresentadas a seguir.

VALORES EM R\$

RECEITAS PREVIDENCIAIS						
Ano	Contribuições Normais			Contribuições Extraordinárias	Outras ⁽³⁾	TOTAL
	Patrocinadores	Participantes e Assistidos	Autopatrocinados ⁽²⁾	Participantes Assistidos e Patrocinadores ⁽¹⁾		
2021	1.988.548,78	4.318.206,36	2.790.033,82	-	47,72	9.096.836,68
2022	2.527.216,56	4.421.071,95	2.557.750,79	18.719.277,06	7,20	28.225.323,56

(1) Os patrocinadores quitaram à vista o valor especificado no Plano de Equacionamento de Déficit referente ao encerramento do exercício de 2020.

(2) Na coluna "Autopatrocinados" estão os empregados que pagam a sua contribuição e do Patrocinador a partir do momento em que passam a atender às exigências da Previdência Social e da Fundação para a concessão de aposentadoria.

(3) Na coluna "Outras" constam os valores correspondentes a encargos sobre contribuições de participantes.

VALORES EM R\$

DESPESAS PREVIDENCIAIS						
Ano	Aposentadoria	Pensão	Pecúlio	Resgate	Outras ⁽¹⁾	TOTAL
2021	25.362.432,78	2.971.706,39	145.016,44	73.018,53	2.633.121,44	31.185.295,58
2022	29.325.905,49	3.305.203,25	98.073,03	1.891.263,88	519.673,55	35.140.119,20

(1) Na coluna "Outras" constam os valores correspondentes a descontos efetuados na reserva de poupança e atualização de contribuições a devolver ao patrocinador Cesan.

PLANO DE BENEFÍCIOS II

O Plano de Benefícios II obteve, no final do exercício de 2022, R\$ 7.740.555,14 de receitas previdenciais e R\$ 322.293,29 de despesas previdenciais. Este plano possui receitas previdenciais muito superiores às despesas porque é um plano que possui apenas 2 (dois) assistidos.

VALORES EM R\$

RECEITAS PREVIDENCIAIS						
Ano	Contribuições Normais			Portabilidade	Outras ⁽¹⁾	TOTAL
	Patrocinadores	Participantes e Assistidos	Autopatrocinados e BPD			
2021	3.442.110,47	3.686.106,52	27.280,91	0	18,82	7.155.516,72
2022	3.730.426,54	3.983.616,78	26.405,89	0	105,93	7.740.555,14

(1) Na coluna "Outras" constam os valores correspondentes a encargos sobre contribuições de participantes.

VALORES EM R\$

DESPESAS PREVIDENCIAIS						
Ano	Aposentadoria	Pecúlio/Pensão	Resgate	Portabilidade	Outras ⁽¹⁾	TOTAL
2021	4.785,70	4.507,81	119.548,29	165.203,96	685,48	294.731,24
2022	5.314,09	26.622,21	219.195,53	70.635,40	526,06	322.293,29

(1) Na coluna "Outras" constam os valores correspondentes a descontos efetuados na reserva de poupança.



Fontes de Custeio e Despesas Administrativas

As despesas administrativas dos planos de benefícios são gastos realizados pela entidade na administração de seus planos, incluídas as despesas administrativas de investimentos. Tais despesas são registradas no Plano de Gestão Administrativa – PGA, que é responsável pelos registros das operações administrativas e possui patrimônio próprio segregado do patrimônio dos planos de benefícios.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas administrativas definidas no Regulamento do PGA e no Plano de Custeio, deduzidas das despesas específicas da gestão previdencial e dos investimentos – as sobras ou insuficiências administrativas são alocadas

ou revertidas ao Fundo Administrativo.

No quadro a seguir estão representadas as fontes de custeio e as despesas realizadas no ano de 2022, segregadas por plano de benefícios. As despesas referentes a serviços de terceiros englobam serviços prestados por consultoria atuarial, assessoria jurídica, consultoria financeira, informática, auditoria contábil, serviços de divulgação e gráficas, entre outros. As despesas gerais incluem os gastos com despesas bancárias, cartorárias, condomínio, contribuições associativas, locações de imóveis, energia elétrica, materiais de expediente, entre outros. Já as despesas com tributos referem-se ao pagamento da TAFIC, Pis, Cofins, IPTU e outros.

VALORES EM R\$

FONTE DE CUSTEIO: CONTRIBUIÇÃO ADMINISTRATIVA			
Descrição	PLANO BD	PLANO II	TOTAL
RECEITAS	3.205.687	566.477	3.772.164
GESTÃO PREVIDENCIAL	2.364.104	431.899	2.796.003
PATROCINADOR(ES)	1.182.052	212.610	1.394.662
PARTICIPANTES	1.182.052	219.288	1.401.340
INVESTIMENTOS	712.102	111.729	823.831
CUSTEIO ADMINISTRATIVO	675.452	96.570	772.022
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	36.650	15.158	51.809
OUTRAS RECEITAS	129.481	22.850	152.330
REVERSAO DE DESPESAS	129.481	22.850	152.330

DESPESAS ADMINISTRATIVAS - GESTÃO PREVIDENCIAL E DE INVESTIMENTOS			
Descrição	PLANO BD	PLANO II	TOTAL
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	3.410.182	601.797	4.011.979
ADMINISTRAÇÃO DOS PLANOS PREVIDENCIAIS	3.400.105	600.019	4.000.124
DIRIGENTES	871.905	153.866	1.025.771
PESSOAL PRÓPRIO	1.241.125	219.022	1.460.148
ESTAGIÁRIOS/JOVENS APRENDIZES	14.071	2.483	16.554
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	62.498	11.029	73.527
VIAGENS E ESTADIAS	4.354	768	5.123
SERVIÇOS DE TERCEIROS	853.695	150.652	1.004.347
DESPESAS GERAIS	113.089	19.957	133.045
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	34.660	6.116	40.776
TRIBUTOS	204.709	36.125	240.834
DESPESAS COM FOMENTO	10.077	1.778	11.855
SERVIÇOS DE TERCEIROS	8.731	1.541	10.272
DESPESAS GERAIS	1.346	237	1.583
PERCENTUAL RATEIO UTILIZADO PARA O FUNDO ADMINISTRATIVO	85,00%	15,00%	100,00%

DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIRETAS DE INVESTIMENTOS				
Descrição	PLANO BD	PLANO II	PGA	TOTAL
DESPESAS DIRETAS	204.001	33.467	35.467	272.934
CUSTÓDIA E CENTRALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	126.018	20.094	1.268	147.379
TAXAS, TARIFAS, CORRETAGENS E EMOLUMENTOS	7.641	-	34.025	41.666
CONSULTORIA P/ ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	20.625	2.244	-	22.868
PROVISÃO DE IMPOSTOS S/ APLICAÇÕES FINANCEIRAS	49.718	11.129	174	61.021

Os indicadores de gestão e suas metas são utilizados para acompanhamento e avaliação objetiva da evolução das despesas administrativas, inclusive gastos com pessoal.

INDICADORES DE GESTÃO (RES. CNPC Nº 48/2021)			
INDICADOR	PLANO BD	PLANO II	ESPERADO
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,87%	0,70%	1,00%
TAXA DE CARREGAMENTO	6,61%	6,74%	8,00%
DESPESA ADMINISTRATIVA POR PARTICIPANTE	R\$ 2.690,85	R\$ 834,88	(*)
DESPESA ADMINISTRATIVA PELOS RECURSOS GARANTIDORES	0,94%	0,76%	1,01%
DESPESA ADMINISTRATIVA PELOS ATIVO TOTAL	0,89%	0,75%	1,50%
DESPESA ADMINISTRATIVA PELA RECEITA ADMINISTRATIVA	108,12%	107,96%	96,01%
DESPESA DE PESSOAL PELA DESPESA ADM TOTAL	57,04%	57,04%	61,58%
EVOLUÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO	8,87%	17,61%	10,00%

(*) Esperado: Plano BD R\$ 2.823,29 e Plano II R\$ 906,19.

Gestão dos Investimentos

As aplicações financeiras dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar são disciplinadas pela legislação vigente, além da política de investimentos de cada plano, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Com o objetivo de assegurar o equilíbrio entre o ativo e o passivo dos planos, os recursos financeiros disponíveis para investimentos são aplicados em produtos financeiros que possam proporcionar a liquidez desejada e com o grau de segurança exigido.

A seguir são apresentadas informações sobre os investimentos dos planos de benefícios administrados pela Capital Prev.

COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DAS APLICAÇÕES

A diversificação é uma prática comprovadamente mitigadora de riscos. Dessa forma, a Fundação faz desse princípio uma prática

usual na gestão dos recursos dos planos por ela administrados, sem deixar de observar variáveis também importantes como segurança, liquidez e rentabilidade.

Para mitigação dos riscos e otimização dos resultados dos investimentos, a Fundação procura efetuar uma diversificação em busca de maior segurança aos investimentos dos recursos dos planos administrados pela entidade.

Os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão formal a protocolos e regras. A entidade procura pautar-se, quando da análise de riscos, por critérios que garantam a sustentabilidade econômica, socioambiental e critérios de governança corporativa antes de qualquer tomada de decisão.

As aplicações dos recursos dos planos de benefícios são realizadas através de gestão própria e terceirizada, conforme a seguir:

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO				
Segmento	Tipo de Gestão	Tipo Aplicação	R\$	% s/ Total
Renda Fixa	Própria	Títulos públicos - NTN	209.870.110,18	59%
Renda Fixa	Terceirizada	Fundos de Investimentos	11.179.506,83	3%
Renda Variável	Terceirizada	Fundos de Investimentos	44.467.124,88	13%
Estruturado	Terceirizada	Fundos de Investimentos	68.900.623,73	20%
Imobiliário	Própria	Imóveis	800.215,00	0%
Operações com participantes	Própria	Empréstimos	3.152.774,44	1%
Exterior	Terceirizada	Fundos de Investimentos	14.446.677,66	4%
TOTAL			352.817.032,72	100%

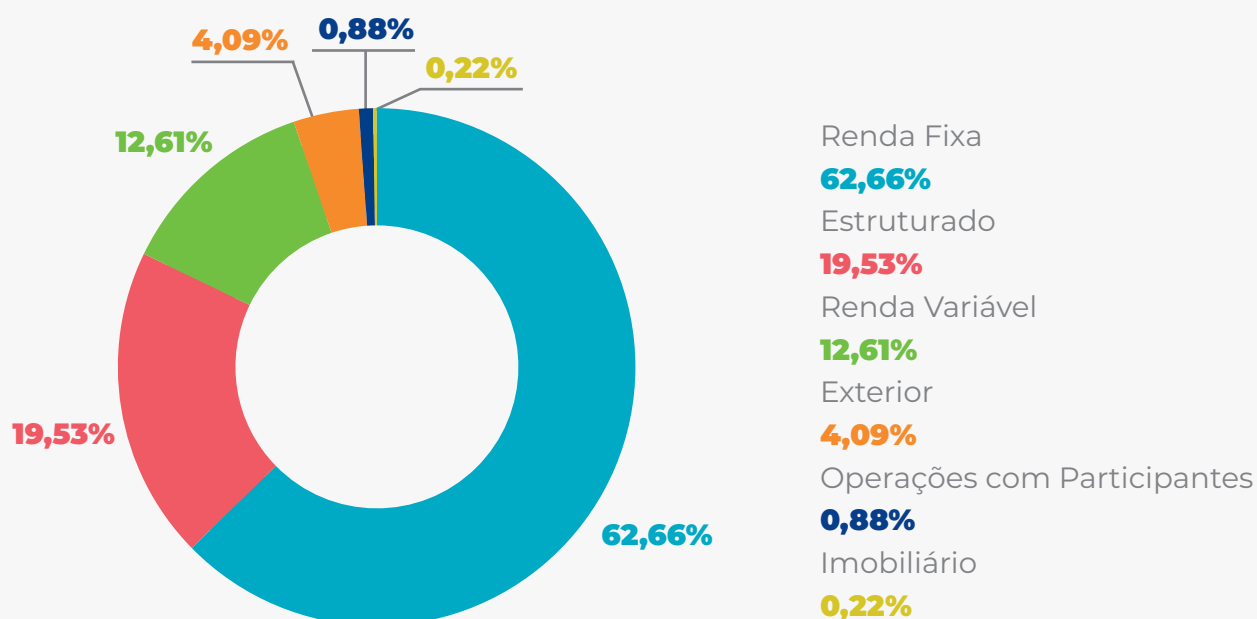
PLANO DE BENEFÍCIOS II				
Segmento	Tipo de Gestão	Tipo Aplicação	R\$	% s/ Total
Renda Fixa	Própria	Títulos públicos - NTN	14.200.968,84	18%
Renda Fixa	Terceirizada	Fundos de Investimentos	37.325.507,43	49%
Renda Variável	Terceirizada	Fundos de Investimentos	7.264.409,29	9%
Estruturado	Terceirizada	Fundos de Investimentos	14.668.648,84	19%
Operações com participantes	Própria	Empréstimos	1.403.787,50	2%
Exterior	Terceirizada	Fundos de Investimentos	2.468.553,67	3%
TOTAL			77.331.875,57	100%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA				
Segmento	Tipo de Gestão	Tipo Aplicação	R\$	% s/ Total
Renda Fixa	Terceirizada	Fundos de Investimentos	4.242.530,96	100%
TOTAL			4.242.530,96	100%

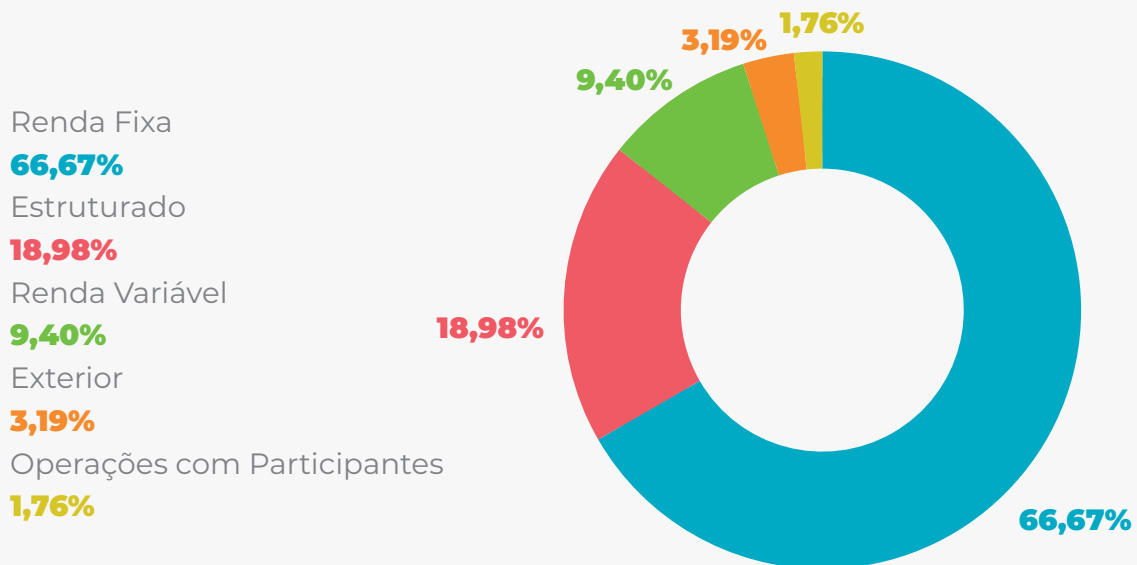
Conforme gráficos constantes da página seguinte, pode-se observar uma clara diversificação da carteira consolidada dos planos por segmento de aplicação financeira.

• PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

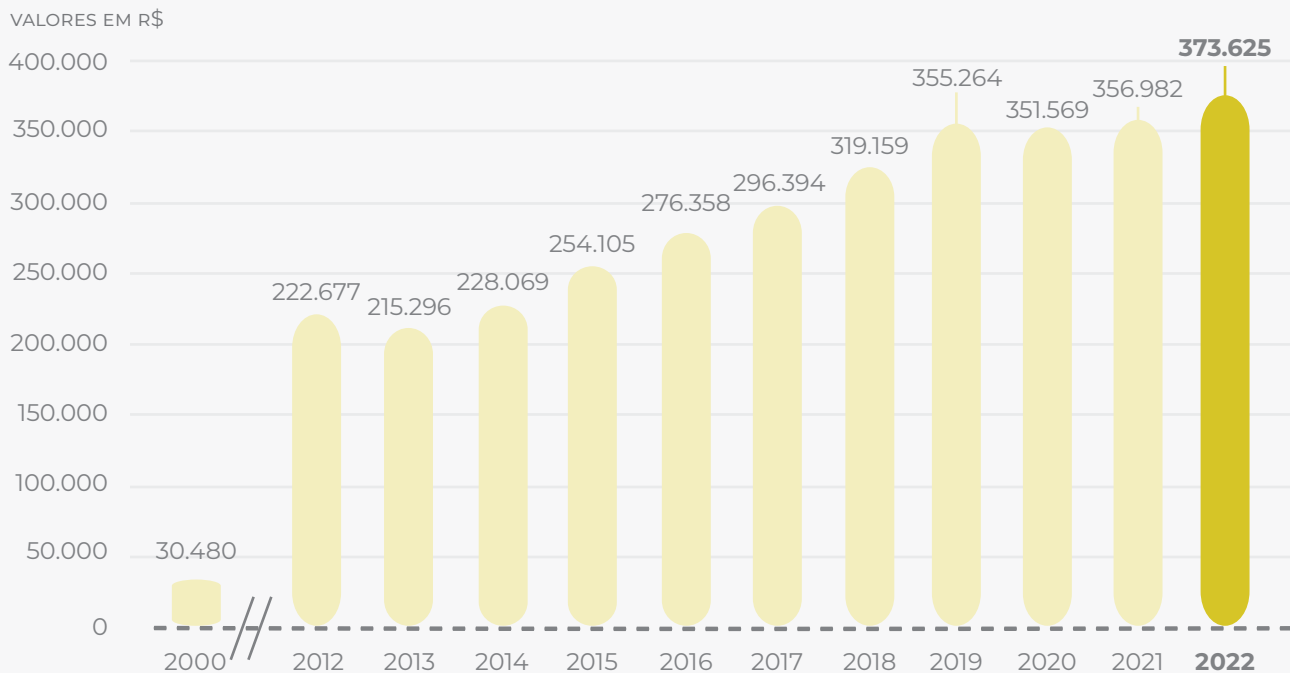
Alocação por segmento



• PLANO DE BENEFÍCIOS II
Alocação por segmento

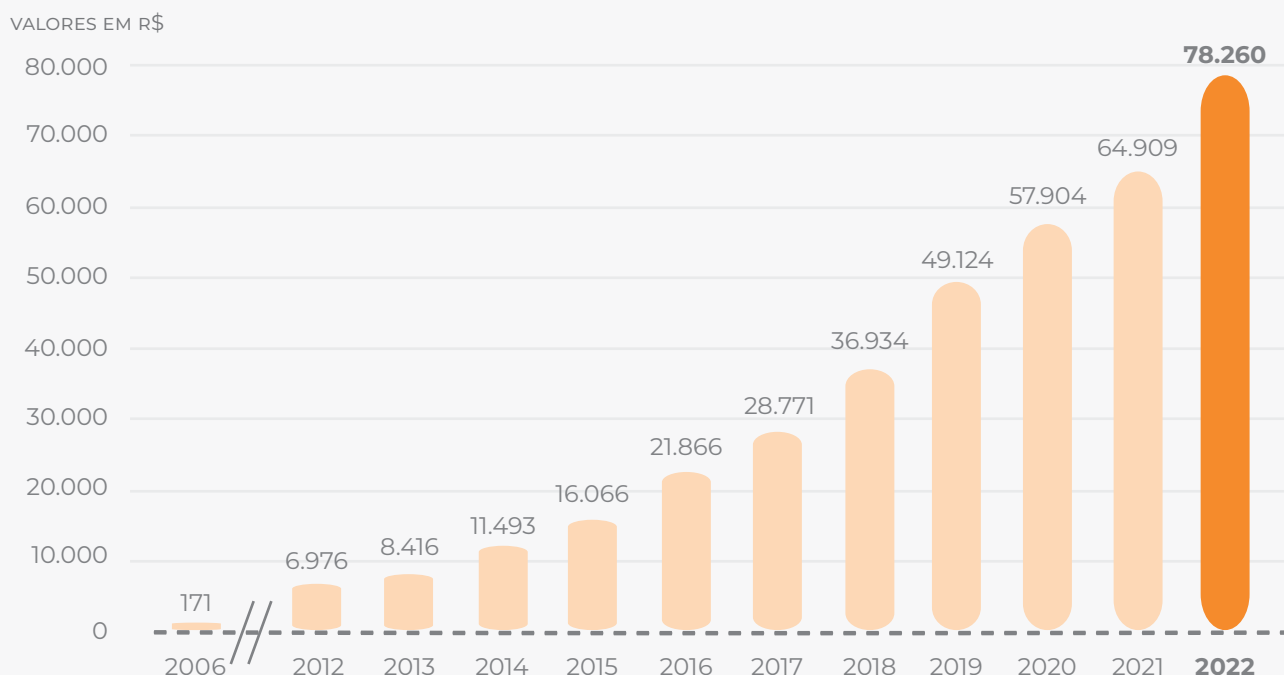


• PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO
Evolução do Patrimônio Social



• PLANO DE BENEFÍCIOS II

Evolução do Patrimônio Social



• CONSIDERAÇÕES SOBRE O INVESTIMENTO NO FIP – MALBEC

A Capital Prev ingressou junto a Câmara de Arbitragem para exigir o cumprimento do integral do contrato, o que representará o recebimento de R\$ 21.389 mil para o Plano BD e R\$ 2.674 mil para o Plano II, a valores de 2022.

Em fevereiro de 2023 o Centro de Arbitragem da Câmara de Arbitragem e Mediação Brasil-Canadá decidiu por unanimidade a favor das fundações, não cabendo recurso a CEMIG por se tratar de sentença arbitral. Após praticamente dois anos de avaliação do assunto por parte dos árbitros, a Cemig foi condenada ao pagamento dos valores investidos corrigido pelo IPCA+7% até a data do efetivo pagamento, de acordo com o previsto na cláusula 1.2 do contrato de opção de venda, acrescido de multa estabelecida pela justiça.



Rentabilidade dos Investimentos

A rentabilidade consolidada obtida nos investimentos dos planos de benefícios administrados pela Capital Prev foi positiva, porém ficou abaixo da meta atuarial (5,01% a.a. mais INPC para o Plano de Benefício Definido e 4,20% a.a. mais INPC para o Plano de Benefícios II).

Os índices de inflação no ano de 2022 tiveram variação de 5,93% (INPC), 5,46% (IGPM) e 5,78% (IPCA).

Plano	Rentabilidade (%)	Meta Atuarial (%)	Diferença em pontos percentuais
Plano de Benefício Definido	7,34%	11,24%	-3,90
Plano de Benefícios II	9,50%	10,38%	-0,88

O Plano de Gestão Administrativa obteve uma rentabilidade de 13,28%, percentual acima do CDI de 12,38%.

A rentabilidade de cada segmento de aplicação está disponível a seguir, no item “Política de Investimentos”.



Política de Investimentos

A política de investimentos dos planos de benefícios cumpre o que determina a legislação pertinente, além de balizar a gestão dos ativos dos planos e servir como importante ferramenta no planejamento da aplicação dos recursos de cada plano. Sua integralidade pode ser consultada através do site da Capital Prev ou obtida diretamente na entidade, conforme divulgado aos participantes e assistidos.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2022

A seguir são apresentadas algumas informações da gestão de investimentos do ano de 2022 relacionada à política de investimento para o mesmo período:

LIMITES POR SEGMENTO					
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	LIMITES POLÍTICA		ALOCÇÃO	
		INFERIOR	SUPERIOR	PLANO BD	PLANO II
Renda Fixa	100%	40% (BD) 10% (II)	100%	62%	67%
Renda Variável	70%	0,00%	40%	13%	9%
Estruturado	20%	0,00%	20%	20%	19%
Exterior	10%	0,00%	10%	4%	3%
Imobiliário	20%	0,00%	20%	0%	0%
Operações com Participantes	15%	0,00%	5%	1%	2%

Os limites de alocação e concentração por emissor e de operações com derivativos observaram os limites estabelecidos na legislação vigente e na política de investimentos.

META DE RENTABILIDADE POR SEGMENTO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO				
SEGMENTO/MODALIDADE	RENTABILIDADE (%)	META RENTABILIDADE (%)		DIFERENÇA EM PONTOS PERCENTUAIS
Renda Fixa (Tradicional)	7,89	INPC + 5,01% a.a.	11,24	-3,35
Estruturado (Multimercado)	16,19	INPC + 6% a.a.	12,29	3,90
Estruturado (Participações)	22,18	INPC + 6% a.a.	12,29	9,89
Renda Variável	-2,84	INPC + 8% a.a.	14,40	-17,24
Exterior	-5,95	INPC + 7% a.a.	13,35	-19,30
Operações com Participantes	14,51	INPC + 5,01% a.a.	11,24	3,27
Imobiliário	19,61	INPC + 5,01% a.a.	11,24	8,37

META DE RENTABILIDADE POR SEGMENTO PLANO DE BENEFÍCIOS II				
SEGMENTO/MODALIDADE	RENTABILIDADE (%)	META RENTABILIDADE (%)		DIFERENÇA EM PONTOS PERCENTUAIS
Renda Fixa (Tradicional)	11,44	INPC + 4,20% a.a.	10,38	1,06
Estruturado (Multimercado)	16,51	INPC + 6% a.a.	12,29	4,22
Estruturado (Participações)	21,55	INPC + 6% a.a.	12,29	9,26
Renda Variável	-6,27	INPC + 8% a.a.	14,40	-20,67
Exterior	-8,43	INPC + 7% a.a.	13,35	-21,78
Operações com Participantes	14,43	INPC + 4,20% a.a.	10,38	4,05

META DE RENTABILIDADE POR SEGMENTO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)				
SEGMENTO/MODALIDADE	RENTABILIDADE (%)	META RENTABILIDADE (%)		DIFERENÇA EM PONTOS PERCENTUAIS
Renda Fixa	13,28	CDI	12,38	0,90

• AVALIAÇÃO DOS RISCOS DE INVESTIMENTOS

A Capital Prev estabeleceu regras que permitem identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos dos planos estão expostos, entre eles os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, atuarial, operacional, legal e sistêmico.

No caso de investimentos realizados por gestores terceirizados, embora os controles

sejam de responsabilidade do gestor, os parâmetros de riscos são verificados frequentemente pela entidade, através de consultoria de avaliação de riscos terceirizada.

A gestão do risco de mercado foi realizada através de duas ferramentas estatísticas: (i) Value-at-Risk (VaR) ou Benchmark Value-at-Risk (B-VaR) e (ii) Stress Test, observando-se os limites estabelecidos na política.

Na avaliação do risco de crédito foi utilizado,

entre outros instrumentos, os ratings atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil, observando a agência e o rating mínimo definidos na política e a abordagem qualitativa que analisa elementos que possam contribuir com a formação de opinião acerca da capacidade de pagamento, incluindo-se: análise de emissores, documentação e prospecto, prazos, fatos financeiros, garantias etc.

O controle da exposição a crédito privado é feito através do percentual de recursos alocados em títulos privados, considerada a categoria de risco dos papéis.

Para fins de mensuração e análise do risco de liquidez, foram utilizados os indicadores com objetivo de evidênciação da capacidade do plano para honrar as obrigações com os participantes e assistidos no curto e médio prazos (passivo), considerando ativos de maior e menor liquidez e a posição em determinados ativos que estejam sujeitos a variações abruptas de preço por liquidez baixa ou inexistente (ativo).

O controle do risco operacional foi realizado através da identificação dos riscos de investimentos e correspondentes controles para mitigação destes riscos, sendo tal procedimento formalizado através do Relatório de Riscos e Controles Internos de Investimentos. Além disso, é preparado pela consultoria de investimentos e pela própria Fundação o relatório de compliance e de acompanhamento da política de investimentos.

O risco legal foi acompanhado através da elaboração de relatórios de compliance, que permitam verificar a aderência dos investi-

mentos às diretrizes da legislação em vigor e à política de investimentos, realizados com periodicidade mensal e analisados pelo Conselho Fiscal.

Para o monitoramento do risco sistêmico foram utilizados relatórios periódicos acerca de dados e indicadores da economia nacional e global, visando a identificação de fatores que possam resultar em quebra da estabilidade do sistema financeiro. Além deste, utiliza-se o monitoramento da volatilidade do mercado calculado o VaR e Stress da carteira consolidada, conforme parâmetros já estabelecidos no risco de mercado.

Como mecanismo para se tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, bem como para tentar suavizar a intensidade de seus efeitos, a alocação dos recursos é realizada sob o princípio da diversificação de setores e emissores.

O risco relacionado à sustentabilidade observa os princípios socioambientais – que serão observados sempre que possível – sem adesão formal a protocolos e regras. A entidade procura pautar-se por seu entendimento sobre a responsabilidade econômica, socioambiental e critérios de governança corporativa antes de qualquer tomada de decisão.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2023

A seguir são apresentados os limites aprovados na política de investimento para os planos de benefícios adotada para o exercício de 2023. A política observa os limites especificados na legislação com relação a alocação e concentração por emissor.

LIMITES DE ALOCAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	PI
Tesouro Nacional	100%	100%
Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20%	20%
Demais Emissores	10%	10%
Patrocinador e demais empresas ligadas ao grupo econômico da patrocinadora	10%	10%

LIMITES DE CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	PI
Instituição financeira (bancária, não bancárias e cooperativas de crédito autorizada pelo BACEN)	25%	25%
FIDC e FIC-FIDC ¹	25%	25%
ETF, negociado em bolsa, referenciado em índices de Renda Fixa, Renda Variável ou Exterior	25%	25%
FI classificado no segmento estruturado, FICFI classificado no segmento estruturado ¹ , FIP ²	25%	25%
FII e FIC-FII ¹	25%	25%
FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos III e IV do art. 26 e FIC-FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos III e IV do art. 26 ¹	20%	20%
Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário ³	25%	25%
Fundo de investimento constituído no exterior de que trata o inciso II do art. 26	15%	15%
Do emissor listado na alínea “d” do inciso III do art. 21	15%	15%
De uma mesma classe ou série de títulos ou valores mobiliários de renda fixa	25%	25%
Quantidade de ações que representem capital total e capital votante de uma mesma companhia aberta	25%	25%

¹ Em relação ao limite estabelecido, não se aplica o limite de 25% nos FIC-FI se as suas aplicações observarem os limites do art. 28.

² Não se aplica o limite de 25% nos FIP que invistam pelo menos 90% do PL em cotas de outros FIP, desde que suas aplicações observem os limites do art. 28.

³ Emissões de certificados de recebíveis com a adoção de regime fiduciário, considera-se como emissor cada patrimônio separado constituído com a adoção do referido regime.

Limite de Derivativos

As operações com derivativos são permitidas, desde que respeitados os limites, restrições e demais condições estabelecidas na legislação, conforme a seguir:

- Margem requerida limitada a 15% (quinze por cento) da posição em ativos financeiros

aceitas pela Clearing;

- Valor total dos prêmios de opções pagos limitado a 5% (cinco por cento) da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, ativos financeiros de emissão de instituição financeira e ações da carteira de cada plano ou fundo de investimento.

Demonstrativo de Investimentos

O demonstrativo de investimentos é composto por todos os ativos pertencentes a carteira própria, carteira administrada, fundos de investimento e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento dos quais a EFPC seja direta ou indiretamente cotista.

A Capital Prev disponibiliza no seu site os demonstrativos de investimentos no seguinte prazo:

- até 31 de dezembro de cada ano, com informações referentes à posição mensal dos meses de janeiro a junho do mesmo exercício; e
- até 30 de junho de cada ano, com informações referentes à posição mensal dos meses de julho a dezembro do ano imediatamente anterior.



Situação Atuarial

PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS NA AVALIAÇÃO ATUARIAL – ENCERRAMENTO DE 2022

O estudo técnico de adequação das hipóteses atuariais adotadas em avaliações atuariais dos planos de benefícios administrados pela Capital Prev no encerramento do exercício de 2022, demonstrou a necessidade da adoção das seguintes premissas atuariais, que foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS, DEMOGRÁFICAS, ECONÔMICAS E FINANCEIRAS PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO		
Premissa	2021	2022
Econômicas/Financeiras		
Taxa Real de Juros	5,01% a.a.	5,70% a.a.
Fator de Capacidade dos Salários	98%	98%
Fator de Capacidade dos Benefícios	98%	98%
Taxa de Crescimento Real Salarial	2,25% a.a.	2,25% a.a.
Biométricas		
Mortalidade Geral	AT-2000 Básica por sexo	AT-2000 Básica por sexo
Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Mortalidade de Inválidos	AT-49 Masculina	MI-2006 por sexo
Demográficas		
Entrada em aposentadoria	4 anos após a elegibilidade (k+4)	4 anos após a elegibilidade (k+4)
Composição Familiar		
Benefícios a Conceder	Família Média	Família Média
Percentual de Casados	85%	85%
Diferença de idade entre titular e cônjuge	5 anos	5 anos
Dependente temporário até os 21 anos	Um dependente temporário estimado por $z = 24 - \text{máximo} [(85 - x)/2; 0]$	Um dependente temporário estimado por $z = 24 - \text{máximo} [(85 - x)/2; 0]$
Benefícios Concedidos	Família Real	Família Real

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS, DEMOGRÁFICAS, ECONÔMICAS E FINANCEIRAS PLANO DE BENEFÍCIOS II		
Premissa	2021	2022
Econômicas/Financeiras		
Taxa Real de Juros Anual	4,20%	4,20%
Fator de Capacidade dos Salários	98%	98%
Fator de Capacidade dos Benefícios	98%	98%
Taxa de Crescimento Real Salarial Anual	1,90%	1,90%
Biométricas		
Mortalidade Geral	AT2000 Básica por sexo	AT2000 Básica por sexo
Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Mortalidade de Inválidos	AT 49 M	MI-2006 por sexo
Demográficas		
Rotatividade (Turnover)	0,60%	0,60%

AVALIAÇÃO ATUARIAL – ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2022

A seguir apresentamos o resultado da avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2022, e informamos que a íntegra do Relatório de Avaliação Atuarial contendo o parecer atuarial, o plano de custeio, o resultado e demais informações está disponível na área restrita do site.

• DÉFICIT DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

VALORES EM R\$

	2021	2022
Patrimônio de Cobertura	353.365.486,84	369.752.699,67
Provisões Matemáticas	416.214.349,06	389.075.735,48
(+) Passivo Atuarial	427.335.435,21	417.318.333,13
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(11.121.086,15)	(28.242.597,65)
(=) Déficit Acumulado (Equilíbrio Técnico)	(62.848.862,22)	(19.323.035,81)
(+/-) Ajuste Precificação	3.799.336,50	565.615,62
(=) Déficit Acumulado (Equilíbrio Técnico Ajustado)	(59.049.525,72)	(18.757.420,19)

O resultado da Avaliação Atuarial demonstrou que o plano apresenta, em 31/12/2022, um Déficit Técnico Acumulado (Equilíbrio Técnico) de R\$ (19.323.035,81), equivalente a (4,97%) de suas respectivas Provisões Matemáticas, líquidas das Provisões Matemáticas à Constituir.

Considerando o ajuste de precificação dos

títulos financeiros do plano, de R\$ 565.615,62, o resultado técnico ajustado (Equilíbrio Técnico Ajustado) permanece deficitário em R\$ (18.757.420,19), equivalente a (4,82%) das Provisões Matemáticas do plano.

Portanto, conforme previsto na legislação, sob a ótica atuarial, o plano de benefícios encontra-se com situação de Equilíbrio Técnico

Ajustado deficitário, porém sem a necessidade de elaboração obrigatória de um plano de equacionamento ao longo do exercício de 2023.

Importante ressaltar que, apesar da rentabilidade do plano não ter superado a meta e o plano ainda possuir um Déficit Técnico Acumulado, 2022 registrou superávit no encerra-

mento do exercício, em função da alteração da premissa de taxa de juros, que passou de 5,01% para 5,70%, ocasionado uma redução das provisões matemáticas, alteração da tabela de mortalidade de inválidos e implantação do Plano de Equacionamento de Déficit 2021. Com esse resultado superavitário de 2022 o déficit acumulado reduziu de R\$ 62 milhões para R\$ 19 milhões.

• SUPERÁVIT DO PLANO DE BENEFÍCIOS II

VALORES EM R\$

	2021	2022
Patrimônio de Cobertura	63.361.354,83	76.400.777,64
Provisões Matemáticas	63.020.841,95	75.974.606,62
(+) Passivo Atuarial	63.020.841,95	75.974.606,62
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00	0,00
(=) Superávit Acumulado (Equilíbrio Técnico)	340.512,88	426.171,02

O Plano de Benefícios II apresentou patrimônio suficiente para cobrir as obrigações assumidas, sendo apurado superávit em 2022 de R\$ 426.171,02.



Planos de Equacionamento de Déficit

(encerramento exercício de 2020 e 2021)

Em atendimento às medidas necessárias para o equacionamento do déficit apurado no Plano de Benefício Definido (BD) em 2020, que já vem sendo pago desde exercício de 2022, e em 2021, cuja cobrança iniciou em 2023, a Diretoria, o Conselho Deliberativo e a CESAN aprovaram os Planos de Equacionamento de Déficit, com a implementação da cobrança de contribuições extraordinárias aos participantes, assistidos e patrocinadores, da seguinte forma:

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS PARTICIPANTES

- PED 2020: 2,18% sobre o salário de participação;
- PED 2021: 3,03% sobre o salário de participação.

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS ASSISTIDOS (aposentados e pensionistas)

- PED 2020: 3,16% sobre o valor do benefício;
- PED 2021: 4,34% sobre o valor do benefício;

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS PATROCINADORES

- PED 2020: quitado de forma antecipada pelos patrocinadores;
- PED 2021: paritária a contribuição dos participantes e assistidos.

O pagamento das contribuições extraordinárias do plano de equacionamento do exercício de 2021 terão início no mês de abril de 2023, conforme plano de custeio.

A contribuição extraordinária deverá ser realizada considerando 13 parcelas anuais — incidentes, portanto, sobre o 13º salário dos participantes e do abono anual dos assistidos.

O prazo de amortização do plano de equacionamento do exercício de 2020 previsto inicialmente é de 13,85 anos (166 meses), sendo o prazo remascente em 31/12/2022 de 157 meses.

O prazo de amortização do plano de equacionamento do exercício de 2021 previsto inicialmente é de 15,83 anos (190 meses).

O Plano de Equacionamento de Déficit está disponível para consulta na área restrita do site.

PARECER ATUARIAL CONCLUSIVO ACERCA DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

Bases cadastrais utilizadas

Para fins da Avaliação Atuarial do Plano BD, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 30/09/2022 e posicionada em 31/12/2022. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

Premissas e bases técnicas

Os regimes financeiros, métodos de financiamento atendem às exigências da Resolução CNPC N° 30/2018.

Em relação às premissas atuariais utilizadas, houve alteração da Taxa Real de Juros, de 5,01% a.a. para 5,70% a.a., e da premissa da Tábua de Mortalidade de Inválidos, da AT-49 Masculina para a MI-2006 Segregada por Sexo.

Resultados obtidos

No encerramento do exercício de 2022, o Plano BD aqui analisado apresenta um resultado técnico deficitário de (R\$ 19.323.035,81), que representa (4,97%) das suas Provisões Matemáticas líquidas das provisões a constituir. Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado pela Capital Prev em R\$ 565.615,62, o equilíbrio técnico ajustado (ETA) do plano encontra-se deficitário em (R\$ 18.757.420,19), equivalente a (4,82%) das Provisões Matemáticas do plano.

A redução do resultado deficitário foi fortemente influenciada pelo reconhecimento do

Plano de Equacionamento de Déficit – PED referente ao exercício de 2021, bem como pela alteração da premissa de taxa real de juros. Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, o déficit ajustado máximo que o plano poderia apresentar, sem ser necessário a obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento, é de (R\$ 22.657.825,46).

Conclusão

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano BD, realizada em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente, **informamos que o referido plano apresenta em 31/12/2022 uma situação deficitária, com Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA) se situando dentro dos limites mínimos e máximos estabelecidos pelas regras de solvência vigentes.**

Por outro lado, conforme disposição estabelecida no Art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018, tendo em vista que o valor do Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA) não superou o Limite de Déficit Técnico Acumulado previsto pela referida norma, não existe a obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento ao longo do exercício de 2023 para o tratamento do resultado deficitário observado.

PARECER ATUARIAL CONCLUSIVO ACERCA DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS II

Bases cadastrais utilizadas

Para fins da Avaliação Atuarial do Plano II, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base

em 30/09/2022 e posicionada em 31/12/2022. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

Premissas e bases técnicas

Os regimes financeiros, métodos de financiamento atendem às exigências da Resolução CNPC Nº 30/2018.

Em relação às premissas atuariais utilizadas, houve a alteração apenas da Tábua de Mortalidade de Inválidos, da AT-49 Masculina para MI-2006 Segregada por Sexo.

Resultados obtidos

No encerramento do exercício de 2022, o Plano II apresenta um resultado técnico superavitário de R\$ 426.171,02, que representa 18,58% das suas Provisões Matemáticas em benefício definido. O limite de Reserva de Contingência apurado em 31/12/2022 é de R\$ 573.304,13, que corresponde a 25,00% das Provisões Matemáticas do plano, conforme disposto no artigo 15 da Resolução CNPC nº 30/2018.

Conclusão

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela Avaliação Atuarial anual regular do Plano II, realizada em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente, **informamos que o plano apresenta em 31/12/2022 situação de Equilíbrio Técnico superavitário, dentro dos limites mínimos e máximos estabelecidos pelas regras de solvência vigentes, visto que o superávit acumulado apresentado não supera o limite de Reserva de Contingência estabelecido em conformidade com as disposições contidas na Resolução CNPC nº 30/2018.**

Em 2022, o Viva+ completou 5 anos garantindo assistência à saúde aos seus beneficiários e nesses anos vem buscando dar cada vez mais segurança e qualidade no atendimento aos beneficiários do Viva+. A Capital Prev continua credenciando prestadores de serviços, das mais diversas especialidades e em diferentes cidades.

A rede credenciada completa está disponível para consultas no site da Fundação.

Acompanhe o Boletim Viva+ e as notícias disponíveis em www.capitalprev.com.br para manter-se informado sobre os Planos de Saúde.

REAJUSTE

Para a continuidade do êxito na gestão do Viva+, conforme previsto no regulamento do Plano Viva+ Empresarial e Viva+ Adesão, foram realizados estudos atuariais para identificação do percentual de reajuste nas contribuições. Após discussões entre a Cesan e a Capital Prev foi aplicado um reajuste de 3,12% (três vírgula doze por cento) no valor da contribuição mensal, a partir de agosto de 2022, com desconto no pagamento do mês de julho.

O valor de referência para coparticipação também foi atualizado, passando de R\$ 189,11 para R\$ 200,00.

CUSTEIO DO PLANO DE SAÚDE

Os planos de saúde têm custeios específicos – suas contabilizações e patrimônios são mantidos em separado em relação aos planos previdenciários. Eles vêm mantendo o equilíbrio financeiro, através de um esforço conjunto da CAPITAL PREV e da CESAN, encerrando o exercício de 2022 com um patrimônio líquido de R\$ 3.311.662,32.

As demonstrações contábeis do plano de saúde Viva+ e o relatório da Administração estão disponíveis no site da Capital Prev para conhecimento dos beneficiários.

Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis encontram-se disponíveis no site da Capital Prev para consulta dos participantes e assistidos.



Expediente

FUNDAÇÃO CAPITAL PREVIDÊNCIA E SAÚDE – CAPITAL PREV

Av. Princesa Isabel, 574 - Ed Palas Center - Bl. A
Salas 1303 a 1314 - Centro - Vitória - ES / CEP: 29010-930
Telefone: (27) 2122-3900
E-mail: faleconosco@capitalprev.com.br
Site: www.capitalprev.com.br

Registro da operadora dos Planos de Saúde, Capital Prev na ANS: **32.966-5**

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Carlos Cotta (Diretor-Presidente)
Ana Cristina Munhós de Souza (Diretora de Segurança)
Andre Barbosa Barreto Duarte (Diretor Administrativo e Financeiro)

CONSELHO DELIBERATIVO

Efetivos:

Luciana Miranda Soares Garcia (Presidente) | Romeu Souza Nascimento Júnior
Millena Plaster Benevides Freitas | Reginaldo José de Castro

Suplentes:

Sérgio Henrique Vieira Rabello | Jouze Ferrari Wander Haeyden Lentini

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

Edmar José Zorzal (Presidente) | Tiago Siqueira da Silva
Stênio Santos Sales | Hélio de Sousa

Suplentes:

Ana Maria Gusmão Lyra Silveira | Karla Ponzo Vaccari
Adivalti Antonio Nunes Loureiro

Este Relatório foi editado sob responsabilidade da Diretoria
e está disponível no site www.capitalprev.com.br

Produção:

Plus Interativa
www.plusinterativa.com

Jornalista Responsável:

Carlos Lisboa Jr. / Plus (MTB 33650/RJ)

Com a criação da Instrução Previc nº 13, de 12 de novembro de 2014, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar foram desobrigadas do envio deste documento impresso aos seus participantes, devendo remetê-lo somente para aqueles que o solicitarem. Caso deseje, entre em contato com a Capital Prev e peça a sua cópia física.



capital
prev